

UnBTV e Mecanismos de Participação: a experiência do programa de ouvidoria e outras possibilidades

Fernando Oliveira Paulino ¹
 Neuza Meller ²
 Jairo Faria Guedes Coelho ³
 Universidade de Brasília - UnB

Resumo:

O objetivo deste artigo é fazer uma reflexão acerca da adoção de mecanismos de participação no canal universitário do Distrito Federal, UnBTV. Para isso, o texto relata e analisa a experiência de produção de um programa de ouvidoria no conteúdo da emissora e em outros veículos de comunicação na América Latina e na Europa. Além disso, propõe a discussão sobre a utilização de outras ferramentas que estimulem a participação em canais públicos de comunicação como meio de experimentação. Conclui-se que, na UnBTV, a construção desse tipo de espaços se dá de forma voluntária e não sistemática e que a adoção de políticas de participação no canal universitário poderia estimular outras iniciativas desse tipo.

Palavras-chave: ouvidoria; participação; TV Universitária; UnBTV.

Abstract: The purpose of this paper is to reflect on the adoption of participation mechanisms in the Brazil's Federal District university channel, UnBTV. For this, the text reports the experience of producing an ombudsman program on its content and on other media vehicles in Europe and Latin America. In addition, it proposes the discussion on the use of other tools that encourage participation in alternative media as an experimentation process. It concludes that, at UnBTV, the construction of such spaces is voluntary and non-systematic and that the adoption of participation policies at the university channel could stimulate other initiatives of this type.

Keywords: ombudsman; participation; University TV; UnBTV.

De acordo com Juan Díaz Bordenave, o termo participação vem da expressão "fazer parte". A abordagem do autor é que uma participação é sempre ativa e nunca passiva (BORDENAVE, 1995). Essa definição nos faz refletir sobre o fato de que a participação dos cidadãos nos veículos de comunicação deve ser incentivada por mecanismos que permitam uma mudança a partir de atividades realizadas por atores nos processos de decisão. Em geral, meios considerados alternativos sem fins lucrativos, tais como rádios e tevês comunitárias e universitárias, são mais abertos a esse tipo de participação do que aqueles em que o objetivo principal é obter lucro. Por isso, neste artigo refletiremos sobre a importância do desenvolvimento de mecanismos que promovam o fortalecimento da participação em canais alternativos por meio de ações que favoreçam a criação de mais meios dessa natureza.

Uma maneira de estimular a participação nos meios de comunicação é a utilização de MARS, Mecanismos para Assegurar a Responsabilidade Social da Mídia (BERTRAND, 2002), entre eles o ombudsman de mídia. A palavra ombudsman, que significa "representante do povo", surgiu em 1809, quando órgãos

do governo da Suécia adotaram o cargo como forma de "fiscalizar as aplicações das leis por parte dos funcionários públicos" (BARRAVIERA, 2009: p. 3). A partir de então, instituições estatais, públicas e privadas de todo o mundo passaram a adotar a função como forma de regular suas atividades. Com a disseminação dessa função, culturas distintas puseram em prática diferentes conceitos, que podem ser visualizados a partir da tradução que cada país adota ao denominar o ombudsman. Na França, por exemplo, utiliza-se o termo médiateur (em português, mediador); já os portugueses traduzem como provedor; nos países de língua espanhola, a palavra defensor define o conceito; no Brasil, traduz-se ombudsman por ouvidor.

Poucas são as iniciativas brasileiras voltadas para a implementação da figura do ouvidor em veículos de comunicação. Segundo Jairo Faria Mendes (2002), experiências desse tipo são ainda mais importantes em contextos de alta concentração da informação e o cargo de ombudsman se torna um objeto atraente e atípico, já que, para o autor, a incorporação de ombudsman dentro das redações é "a crítica da mídia na própria mídia" (p. 14). Conectado a esse raciocínio, Fernando Oli-

veira Paulino (2008) afirma que a adoção de ombudsmen nos veículos de comunicação pode contribuir com a implantação de um senso de responsabilidade social e ética do jornalismo (p. 109).

No início de 2010, foi ao ar pela primeira vez o programa Agentevê, programa de ouvidoria da UnBTV, canal universitário do Distrito Federal. A primeira edição foi produto de um trabalho de conclusão em Jornalismo pela Universidade de Brasília (COELHO, 2009). O projeto, intitulado Agentevê: uma proposta de programa de ouvidoria para a UnBTV, além de criar um vídeo piloto para o programa de ouvidoria do canal, sugere a criação de uma estrutura de ouvidoria para a emissora, composta por um conselho de telespectadores e um ouvidor (COELHO, 2009).

A iniciativa gerou o primeiro programa televisivo de ouvidoria de mídia brasileiro, já que até o momento não havia registro desse tipo de conteúdo específico na televisão no País ⁴. O Agentevê foi inspirado em experiências desenvolvidas em emissoras de Portugal, Espanha e Colômbia. Antes de o Agentevê ser levado ao ar, foram analisados oito programas: um português, um espanhol e seis colombianos. Na Espanha e Portugal, houve

¹ Bacharel, mestre e doutor em Comunicação pela Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, da qual é diretor, professor e pesquisador. Diretor de Relações Internacionais da Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação. paulino@unb.br.

² Jornalista graduada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e servidora da Universidade de Brasília, onde atua como Diretora da UnBTV. neuzam@gmail.com.

³ Bacharel, mestre e doutorando em Comunicação Social, habilitação Jornalismo, pela Universidade de Brasília. Investigador visitante do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, da Universidade do Minho, em Portugal, onde realiza pesquisa sobre as ouvidorias do serviço público de comunicação do Brasil e de Portugal. jairofaria@gmail.com.

⁴ O programa televisivo da Ouvidoria da EBC, O Público na TV, foi ao ar na TV Brasil de setembro de 2011 a dezembro de 2013.

análise dos programas de ouvidoria das televisões públicas: Voz do Cidadão, da portuguesa RTP; e RTVE Responde, da espanhola TVE. Na Colômbia, observa-se uma situação especial, já que neste país a reserva de espaço televisivo destinado a programas de ouvidoria é estabelecida por lei (COELHO, 2013) e conta com experiências nacionais e regionais.

No total, foram produzidas três edições do Agentevê. Cada edição teve duração aproximada de cinco a dez minutos e o formato foi escolhido com base no padrão da UnBTV, que possui programas de curta duração. A primeira edição⁵ tratou do tema UnBTV e a Comunidade e a partir dele foram entrevistadas pessoas da comunidade acadêmica de três dos quatro campi da UnB. A segunda⁶ trouxe o debate sobre a estruturação de uma ouvidoria na UnBTV como forma de permitir uma maior participação de universitários e dos telespectadores no canal. Para isso, optou-se por entrevistar um especialista no estúdio da UnBTV e escolher telespectadores específicos da emissora – possíveis integrantes do Conselho de Telespectadores da UnBTV – para apresentarem sua opinião sobre o assunto. O terceiro programa abordou a questão da UnBTV em canal aberto, a partir de sugestões de professores, técnicos ou estudantes enviadas para o endereço eletrônico do programa.

Além da mediação via ombudsmen, existem também relatos de adoção de outros instrumentos de participação. Um exemplo é a implantação de Conselhos com a participação do público, tais como o Conselho de Leitores do jornal laboratório Campus, da Universidade de Brasília. O jornal possui uma coluna de ombudsman desde 1998 e no segundo semestre de 2009 contou com a atuação de um conselho formado por representantes de vários setores da Universidade. Esse conselho se reunia após a impressão de cada uma das cinco edições realizadas durante o semestre letivo para debater o conteúdo de cada uma delas. As críticas e sugestões do conselho foram passadas aos estudantes que trabalhavam na produção do impresso. No caso da UnBTV, a implantação de um Conselho de Telespectadores da UnBTV se apresenta como uma ferramenta que permitiria, ao lado da Ouvidoria, um contato mais próximo da comunidade com o canal, uma vez que a presença de atores locais em debates sobre a programação da tevê se apresenta como uma importante ferramenta de participação.

É importante ressaltar, neste processo, as características da Universidade de Brasília e as políticas que a instituição tem adotado. A UnB possui quatro campi: Darcy Ribeiro (no Plano Piloto), Faculda-

de UnB Planaltina (FUP), Faculdade UnB Ceilândia (FCE) e Faculdade UnB Gama (FGA). Os últimos três foram criados a partir do documento intitulado Programa de Expansão da Universidade de Brasília, aprovado, em 2005, pelo Conselho Universitário (CONSUNI) da UnB. Nesse contexto, é importante que as ferramentas criadas para a participação dos cidadãos na UnBTV pensem também em formas de envolver a comunidade universitária como um todo. Para isso, é necessário levar em conta experiências como a relatada por Pedro Ortiz, ex-diretor da TV USP, emissora do Canal Universitário de São Paulo, de criação de uma Rede USP de TV. A ideia é estreitar relações entre a emissora, fundada em 1997, e os campi da Universidade de São Paulo localizados em cinco cidades do interior do Estado. (ORTIZ, 2004).

O CPCE e a UnBTV

O Centro de Produção Cultural e Educativa (CPCE) foi criado em 1986 com o objetivo de promover a educação e a cultura através de multimeios. Desta forma, buscava-se um centro de referência para a produção audiovisual no Centro-Oeste. O CPCE responde à expectativa depositada em torno da sua criação, desenvolvendo inúmeras coproduções, apoiando iniciativas diversas no campo do ensino, da pesquisa e da extensão universitária, assim como, da educação, da arte e da cultura. O Centro está diretamente ligado à estrutura da Reitoria da Universidade de Brasília, produzindo vídeos e programas de TV, desenvolvendo e executando projetos e pesquisas na área do audiovisual.

Paralelamente, o CPCE funciona como um grande laboratório para alunos e professores das mais diversas áreas de conhecimento da UnB, desde aquelas ligadas diretamente com a produção audiovisual até as mais distantes, mas que porventura apresentem alguma demanda no campo do audiovisual, notadamente vídeo, TV e cinema. Como realizações importantes do CPCE na área de TV, podem-se citar a co-produção da série Estação Ciência, programa semanal de divulgação científica veiculado nacionalmente pela extinta TV Manchete e pela Rede Brasil, liderada pela TVE-RJ, e o programa Paidéia, veiculado por redes de TVs educativas (Rede Brasil, Radiobrás e TV Cultura/SP). Entre 1992 e 1993, produziu-se o programa TV UnB, veiculado, semanalmente, em Brasília, pela TV Nacional/Radiobrás. O CPCE realizou, ainda, os programas Documentário UnB (1997/1998) e Humanidades (1999/2000) veiculados pela TV Brasília e a série Matemática (2002) para a TV Escola.

No âmbito do Legislativo, houve uma

primeira experiência com o Senado Federal, entre 1992 e 1993, quando o CPCE foi contratado para documentar os seus trabalhos legislativos, uma atividade embrionária do que viria a ser a futura TV Senado. Em 1998, o CPCE foi convidado para implementar o canal a cabo TV Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) e assumir a responsabilidade pela sua operação e produção. Com a saída do CPCE, as atividades da TV da CLDF foram encerradas na sequência. Entre 2004 e 2006, o CPCE retornou à Câmara Legislativa para desenvolver novo projeto, a implementação da TV Distrital e atua como produtora responsável pela produção, operação, transmissão e desenvolvimento do canal, que era transmitido via cabo, pelo canal 9 da operadora NET Brasília. O canal de TV foi novamente desativado quatro anos após o encerramento do contrato entre o CPCE/UnB a CLDF.

Já em relação ao cinema, o CPCE coproduziu parte significativa dos filmes realizados nos 20 primeiros anos de existência do Centro em Brasília. São dezenas de curtas, médias e longas-metragens em formato digital e nas bitolas 16 e 35 milímetros. O CPCE tem também uma parceria permanente com a Fundação Cultural do Distrito Federal e com o Polo de Cinema e Vídeo Grande Otelo. Da extensa lista de filmes coproduzidos pelo Centro de Produção Cultural e Educativa, destacamos os longas-metragens: *Conterrâneos Velhos de Guerra*, de Vladimir Carvalho; *A Terceira Margem do Rio*, de Nelson Pereira dos Santos; *Círculo de Fogo*, de Geraldo Moraes e *O Cego que Gritava Luz*, de João Batista de Andrade.

O projeto original de criação da Universidade de Brasília, cuja inauguração data de 21 de abril de 1962, prescrevia a implementação de uma Rádio e uma TV Universitária. O antropólogo Darcy Ribeiro, idealizador, fundador e primeiro reitor da UnB, sonhava com uma instituição voltada para as transformações sociais. Apesar de o projeto original de Brasília, de Oscar Niemeyer e Lucio Costa, já previsse um espaço para a UnB – entre a Asa Norte e o Lago Paranoá -, a luta pela construção foi intensa. Tudo por causa da proximidade com o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e a própria Esplanada. Algumas autoridades não queriam que estudantes estivessem presentes e pudessem interferir na vida política da cidade.

Essa foi uma das principais razões pelas quais a TV Universitária tardou a sair do papel. Durante o período da ditadura militar brasileira (1964-1985), o receio era de que, com a concessão do canal, se facilitasse o poder de formação de opinião que a UnB exercia na sociedade. E assim, durante trinta anos, a Universida-

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=scktbYF-nu4>. Acesso em: 29/05/2017.

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RCK0jivRBFE>. Acesso em: 29/07/2017.

de de Brasília sofreu por estar perto do “Poder Constituído”. Depois da ditadura militar, por questões políticas internas ou por falta de interesse de muitos, a questão da televisão acabou sendo deixada em segundo plano.

Só em 2004 a ideia de a Universidade de Brasília contar com um canal de televisão voltou à pauta de discussão quando a Câmara Legislativa do Distrito Federal firmou convênio com o Centro de Produção Cultural e Educativa (CPCE) da UnB para a implantação da TV Distrital. O convênio durou dois anos e nesse período foi-se amadurecendo a possibilidade de fundação da UnBTV. Finalmente, depois de 44 anos, o dia 21 de novembro de 2006 entra para a história da UnB, com o lançamento da UnBTV, TV Universitária de Brasília, uma emissora sem fins lucrativos, de caráter cultural, educativo e comunitário.

A Fundação Universidade de Brasília (FUB/UnB) é a única mantenedora do canal de TV e já investiu um montante significativo na formação tecnológica e profissional do canal. A UnBTV busca ser autossustentável por meio de parcerias, acordos, convênios e contratos. A intenção é que a TV Universitária conte com a participação de outras Instituições de Ensino Superior do DF.

Antes da fundação da UnBTV, todas as IES do Distrito Federal que possuem curso de Comunicação foram convidadas a participar do canal. Essa participação se daria com uma contrapartida financeira por instituição. Nenhuma delas, porém, deu sequência ao convite, ficando a UnB como única gestora do Canal Universitário. As IES que vierem a participar, no futuro, deverão pagar uma contribuição e terão condições de pleitear e compartilhar a grade de programação. A locação física, organizacional, operacional e executiva fica a cargo do CPCE, onde a UnBTV está aportada.

Hoje, a TV Universitária funciona também como uma “escola de televisão”. A intenção é que isso cresça e se torne um ambiente acadêmico com oferecimento de estágio em diferentes áreas – Comunicação Social, História, Engenharia, entre outras – e venha a contribuir para a formação de quadros técnicos qualificados.

A UnBTV está hospedada no canal 15 da operadora a cabo NET Brasília. Já o canal aberto e digital ainda é um sonho que

depende da apreciação do projeto que foi encaminhado pela Universidade de Brasília ao Ministério das Comunicações. A programação passa simultaneamente na internet no endereço: www.unbvtv.unb.br. Está presente também nas principais redes sociais e no www.youtube.com/unbvtv. A grade da UnBTV conta com programas que abordam diversos temas que fazem parte do ambiente universitário: educação, direito, saúde, esportes, literatura, música, cinema, etc. Todo esse conteúdo é distribuído em diferentes formatos: entrevistas, debates, informativos, agenda cultural e educacional, entre outros temas.

Nesses anos de atuação, quase trinta programas de formatos diferentes já fizeram parte da programação. Essa quantidade se dá ao fato de a UnBTV ser um canal onde há possibilidade de se experimentar novos formatos de programas. Essas experimentações podem ser propostas pela comunidade acadêmica, alunos/estagiários e por colaboradores do canal. A UnBTV possui, hoje, uma equipe média de 70 integrantes, entre estagiários de graduação e servidores da UnB, dividida entre diferentes setores: redação, produção, edição, programação, técnica, arquivo e secretaria.

A política vigente para o Serviço Público Brasileiro tem dificultado a contratação de mão de obra. O concurso é oficialmente, a única forma de fazer parte dos quadros efetivos das Universidades Públicas. No entanto, duas situações dificultam essas contratações: 1) a ausência de realização periódica de concursos; e 2) os baixos salários, que acabam não mantendo os profissionais qualificados.

Apesar de ser um espaço de muita criação e produção, a UnBTV não consegue manter uma programação inédita diária que dê para cobrir as 24 horas necessárias de veiculação do canal. A complementação dessa programação se dá, além de diversas parcerias, através da Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU) e a Rede de Intercâmbio de Televisão Universitária (RITU), onde as televisões associadas compartilham programação.

Essa rede de compartilhamento está em plena expansão e se tornando uma opção, principalmente, para os canais universitários, para complementação de suas grades de programação. A exemplo

disso, a criação do canal TUB pela ABTU, pelo Programa de Televisión Educativa y Cultural Ibero-americana (TEIb) e pela Asociación de Televisión Educativas y Culturales Iberoamericanas (ATEI). A parceria foi firmada durante a realização do XIV Fórum Brasileiro de Televisão Universitária e do III Encontro de Televisões Universitárias Ibero-Americanas, que aconteceu, em outubro de 2015, na cidade de Fortaleza, no Ceará.

O Canal TUB (<http://www.ibe.tv/es/canal/tub>) é o primeiro canal internacional totalmente dedicado à televisão universitária brasileira e reúne condições de colaborar para que os canais Universitários associados à ABTU possam divulgar para vários países o que é realizado nas IES. Criar um canal de vídeo sob demanda está em sintonia com as mudanças tecnológicas atuais e facilita o acesso do público universitário que será motivado a participar mais das produções audiovisuais das suas universidades⁷.

Conclusão

Este trabalho indica mecanismos e alternativas para promover uma maior participação nos meios de comunicação. Para isso, relata e analisa experiências ligadas à participação em veículos alternativos de comunicação, tomando como objeto as ferramentas de ouvidoria criadas pela UnBTV, canal universitário do Distrito Federal, para estimular que telespectadores e membros da comunidade da Universidade de Brasília possam participar na construção e desenvolvimento da emissora. Além disso, percebe-se uma relação importante entre o serviço de ombudsman e as possibilidades de mais vozes e, conseqüentemente, a democratização da mídia. Portanto, ambos os conceitos são essenciais para promover a participação do público e o monitoramento do conteúdo veiculado.

Um dos maiores desafios do ombudsman de mídia é criar e utilizar mecanismos que garantam um livre fluxo de comunicação entre os cidadãos e as empresas de comunicação e, desta forma, incentivar a perpetuação de uma mídia mais democrática e transparente. Dessa maneira, é essencial estimular e criar mecanismos para assegurar que todos os meios de comunicação, alternativos e tradicionais, incentivem a participação ativa do público na construção dos conteúdos.

REFERÊNCIAS:

- ADORYAN, A. TV USP: das origens à consolidação de um projeto. Revista USP, São Paulo, v. 61, 2004.
- BARRAVIERA, E. A Ouvidoria como mecanismo de Responsabilidade Social Empresarial. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Qualidade e Produtividade) – Universidade Nove de Julho, São Paulo. Disponível em: <http://www.abonacional.org.br/MONOGRAFIA_ECLARICE_final.pdf>. Acesso em: 20 out. 2009.
- BERTRAND, C.J. O arsenal da democracia: Sistemas de Responsabilização da Mídia. Bauru: EDUSC, 2002.
- _____. La Déontologie des médias. Paris: Presses Universitaires de France, Que Sais-Je, 1997.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. O que é participação. 6ª ed. Ed. Brasiliense: São Paulo, 1995.
- BRASIL. Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11652.htm>
- COLOMBIA. Ley 335, de 1996. Por la cual se modifica parcialmente la Ley 14 de 1991 y la Ley 182 de 1995, se crea la televisión privada en Colombia y se dictan otras disposiciones. Disponível em: <http://www.secretariassenado.gov.co/senado/basedoc/ley/1996/ley_0335_1996.html>. Acesso em: 22 nov. 2009.
- CANCLINI, N.G. (2001) Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. ed. UFRJ: Rio de Janeiro
- CEPIK, Marco. Direito à informação: situação legal e desafios. In: Revista de Informática Pública, Belo Horizonte, v.2, n.2, dez 2000. Disponível em: <www.ip.pbh.gov.br/revista0202/ip-0202cepik.pdf>. Acesso em 19 de abril de 2010.
- COELHO, J.F.G. Agentevê: uma proposta de programa de ouvidoria para a UnBTV. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social/Jornalismo) – Universidade de Brasília, Distrito Federal. 2009.
- _____. Ouvidoria na tevê: a experiência dos canais privados colombianos. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília, Distrito Federal. 2013.
- CHRISTOFOLETTI, R. Dez impasses para uma efetiva crítica de mídia no Brasil. Artigo apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - BH/MG. Intercom: 2003. Disponível em: <<http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/4395/1/NP2CHRISTOFOLETTI.pdf>>
- DAMAS, Susana Herrera; CHRISTOFOLETTI, Rogério. Mídia e democracia: um perfil dos observatórios dos meios na América Latina. In: UNLrevista - Vol. 1, nº 3, julho, 2006. Disponível em: <http://www.alaic.net/ponencias/UNLrev_ChristofolettiHerrera.pdf>. Acesso em: 19 de abril de 2010.
- IASBECK, L. Ouvidoria, Lugar Privilegiado de Comunicação Organizacional. Intercom, 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria/doc/ouvidoria_lugar_de_comunicacao.pdf>. Acesso em: 20 out. 2009.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. (2003) Os Elementos do Jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. Geração Editorial: São Paulo
- MELO, Livia Veleda de Sousa e. Democratização do acesso à educação superior pública no Distrito Federal. Universidade de Brasília : Faculdade UnB Planaltina. 2009. 179 f. ; Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 2009.
- MENDEL, Toby. Liberdade de informação: um estudo de direito comparado. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2009
- MENDES, Jairo F. O ombudsman e o leitor. Belo Horizonte: O Lutador, 2002.
- ORTIZ, Pedro. TV USP – perspectivas e desafios futuros de uma TV universitária. Revista USP, São Paulo, v. 61, 2004.
- PAULINO, Fernando; MENDES, Juliana; PEDROSA, Leyberson. Comunicação Comunitária para a saúde e transformação social. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu-MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008. Disponível em: <http://www.projektoradix.com.br/arq_artigo/textos/ABEP2008_1476.pdf>. Acesso em 23/08/09.
- PAULINO, F. Responsabilidade Social da Mídia: Análise conceitual e perspectivas de aplicação no Brasil, Portugal e Espanha. 2008. Dissertação (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/coordenada_10_fernando_paulino.pdf>. Acesso em: 20 out. 2009.
- ROCHA, Marisa Perrone Campos. A questão cidadania na sociedade da informação. Ci. Inf. [online]. 2000, vol.29, n.1, pp. 40-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a4.pdf>>. Acesso em: 19 de abril de 2010;
- Site da Fundación Pro Acceso. Disponível em: <http://www.proacceso.cl/noticia/chile_promulga_ley_sobre_transparencia_y_acceso_la_informacion>. Acesso em: 03 de out 2008.
- RORIZ DA SILVA, Adriane Maria et al. Classificação indicativa: informação e liberdade de escolha. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.
- SCHLITHLER, Célia. Redes intersetoriais de desenvolvimento comunitário. Disponível em <<http://www.idis.org.br/biblioteca/artigos/redes-intersectoriais-e-desenvolvimento-comunitario.pdf/download>>. Acesso em 20/09/09.
- SYMONIDES, Janusz and Vladimir Volodin (eds.). A Guide to Human Rights. Institutions, Standards, Procedures. Paris: UNESCO, 2001.